EDIÇÃO 202
07 a 21/09/2017

O Metalúrgico

Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região
www.sindimetal.org.br

14 DE SETEMBRO

DIA NACIONAL DE LUTA PROTESTOS GREVES

Contra o fim dos direitos Sociais e Trabalhistas

Em defesa das conquistas nas Convenções Coletivas

Contra o desmonte da Previdência Pública

PROCURE O SEU SINDICATO!

Plenária Sindical e popular dos metalúrgicos e categorias em campanha

Em reunião realizada no dia 02 de setembro, na sede do Sindimetal BH/Contagem, as federações, sindicatos metalúrgicos de todo o Estado, centrais e várias entidades do movimento social e popular discutiram em plenária, as preparações para o dia **14 de setembro - Dia nacional de luta, protetos e greve.**

Com o objetivo de criar ações conjuntas para impedir a implementação da reforma trabalhista e barrar a aprovação da reforma da previdência, foi elaborado um calendário de ações para todo o Estado.

No dia 14/09 serão feitas ações sincronizadas em várias regiões do sul de Minas e Juiz de Fora. Na região metropolitana de Belo Horizonte também será feita uma atividade com a participação dos metalúrgicos e de outras as categorias que estão em campanha salarial.

Para o presidente do Sindimetal BH/Contagem, Geraldo Valgas, este é o momento de equecer as divergências e unir forças. "É de extrema importância a unificação das centrais em busca de uma pauta única, pois não reconhecemos este governo golpista com suas reformas que prejudicam os trabalhdores e o povo e precisamos trabalhar em conjunto para bará-las", concluiu.

Estiveram presentes a CUT, CNM/CUT, CNTM/Força Sindical, FEM/CUT-MG, Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, FEMETAL Minas/CNTM, Federação dos Metalúrgicos do ESP, Metalúrgicos da UGT, FITMETAL/CTB, Intersindical e CSP-Conlutas.

O próximo encontro está agendado para o dia 11 de setembro, ás 18h, na sede do Sindimetal.

Foto: Leandro Gomes

15º Congresso Extraordinário da CUT

Campanha da CUT para anular reforma trabalhista começou dia 7 de setembro

Entre os dia 28 a 31 de agosto, aconteceu em São Paulo, o *15º Congresso Extraordinário e Exclusivo da CUT.* Com a participação de quase 100 convidados, mais de 720 delegados de todo o país e representantes de movimentos sociais o evento discutiu a atual conjuntura política do país e debateu a organização da classe trabalhadora perante o golpe que mira os direitos trabalhistas.

Durante o Congresso foi lançado um calendário de mobilizações contra as reformas trabalhista e previdenciária e contra a entrega das empresas públicas e privatizações.

O primeiro passo aconteceu no dia **7 de setembro**, dia do *Grito dos Excluídos,* com o lançamento da Ação Nacional pela Anulação da Reforma Trabalhista, que tem como objetivo coletar mais de 1,3 milhão de assinaturas para apresentar ao parlamento um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (Plip) contra as maldades do ilegítimo Michel Temer e sua base.

Em debates no Congresso da Central, as confederações, federações e sindicatos foram orientados a montar comitês de coleta de assinatura, inclusive fora das organizações, em praças, ruas e principais pontos de circulação de pessoas, para barrar o assalto à CLT.

A CUT disponibilizará um kit de coleta de assinaturas contendo o texto do projeto de lei, formulário e uma cartilha sobre os prejuízos da reforma. Esses materiais estão disponíveis no portal *anulareforma.cut.org.br.*

O objetivo do Projeto de Lei de Iniciativa Popular é fazer com que essa medida se some a outras 11 leis revogadas por meio desse instrumento. A Constituição Federal permite que a sociedade apresente uma proposta à Câmara dos Deputados, desde que seja assinada por um número mínimo de cidadãos distribuídos por pelo menos cinco Estados brasileiros.

Depois de atingida essa meta, o texto pode ser protocolizado na Câmara Federal e segue a mesma trajetória de qualquer outro projeto de lei no Congresso Nacional, com votações dos deputados e dos senadores.

Sindimetal com informações da CUT

Entenda a reforma política em debate na Câmara

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 77 de 2003, conhecida como reforma eleitoral, que altera as regras do sistema de eleição no Brasil, já começou a ser votada na Câmara. Para ser aprovada ela precisa ser votada em dois turnos em cada casa do Congresso. Na Câmara, é necessário o apoio de 308 deputados, dos 513 existentes e para que passem a valer já em 2018, todas alterações eleitorais devem ser aprovadas até 7 de outubro.

O que é Distritão

Entre os temas mais polêmicos da medida, está a adoção do modelo conhecido como distritão em 2018 e 2020 e o distrital misto a partir de 2022.

Atualmente, para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores, as pessoas podem votar em indivíduos ou na legenda, ou seja, em partidos ou coligações. Da relação entre número de votos e número de cadeiras, é estabelecido um patamar que, uma vez atingido, dá direito a um mandato.

Neste modelo, chamado proporcional, primeiro se definem o número de vagas obtido por cada partido ou coligação. São eleitos os candidatos mais bem votados da legenda. Por exemplo: se um partido teve acesso a cinco vagas, as cinco candidaturas mais bem votadas desta legenda estão eleitas.

No "distritão" não há proporcionalidade. Cada estado ou município se torna um distrito que terá direito a um determinado número de cadeiras. Ganham os mais votados, independentemente do resultado dos partidos.

Críticos da proposta dizem que ela torna ainda mais frágeis os partidos, aumentando o personalismo. Além disso, os "derrotados" na eleição não terão qualquer representatividade, o que prejudica a representação de minorias.

No distrital misto, metade das vagas segue o padrão do distritão e a outra metade, segue a regra proporcional, à partir de lista fechada apresentada pelas legendas. Assim, o eleitorado vota duas vezes: em um candidato e um partido.

Financiamento

Hoje, as campanhas partidárias são basicamente financiadas por doações de pessoas físicas, dada a proibição de doação empresarial pelo STF, e pelo Fundo Partidário, distribuído mensalmente a todas legendas registradas na Justiça Eleitoral e que tem como objetivo garantir o funcionamento destas organizações.

As discussões em torno da PEC 77 envolvem a criação de um montante adicional, o Fundo Especial de Financiamento da Democracia (FDD), exclusivamente voltado para o financiamento de campanhas, sendo empregado, assim, apenas nos anos eleitorais e tendo como critério de distribuição o número de parlamentares eleitos. As legendas sem políticos no Parlamento, portanto, não ganhariam nada.

Inicialmente, a proposta é de que o FDD fosse o equivalente a 0,5% da receita corrente líquida do governo nos últimos 12 meses. O percentual equivaleria a R$, 3,6 bilhões em 2018. Dividido, o valor representaria o gasto médio das últimas campanhas eleitorais no Brasil.

Fonte: Brasil de Fato

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA 2017

Patrões já se aproveitam da reforma trabalhista

Com a aprovação da reforma trabalhista que o governo golpista permitiu e que retira todos os direitos importantes da classe trabalhadora, já esperávamos que os patrões se aproveitassem dela e fizessem uma proposta ruim na primeira rodada de negociação. Além de propor apenas 1% de aumento, eles ainda querem impor antecipadamente aos trabalhadores e trabalhadoras a Reforma Trabalhista. Veja alguns pontos da proposta da FIEMG:

Compensação de jornada

Sempre foi um problema ter banco de horas na Convenção Coletiva dos Trabalhadores (CCT), porém este ano, com a reforma trabalhista que permite às empresa negociarem diretamente com cada funcionário, é melhor que haja uma cláusula em nossa CCT que regule a compensação de jornada para toda categoria. No entanto, a FIEMG também compreendeu isto e propõe o banco de horas somente até dia 10 de novembro, pois a partir do dia 11 a reforma entra em vigência e os patrões não precisarão mais negociar com o Sindicato e sim individualmente.

Feriados

Os patrões também querem a troca do dia de feriado por outro dia, acabando assim com o feriadão, ou seja, o funcionário trabalha no feriado e tira folga um outro dia que a empresa escolher.

Férias

Eles insistem que as férias seja dividida em três vezes e consequentemente o pagamento também será dividido em três vezes.

Homologação

Com relação a homologação, a patronal também quer seguir as regras da reforma trabalhista, ou seja, que ela seja feita na empresa. Portanto, se houver erro nos cálculos, por exemplo, o trabalhador terá que recorrer a justiça que não será mais gratuíta.

Companheirada, como vocês podem perceber, a Reforma Trabalhista que ainda não entrou em vigor, já está causando impacto nas negociações deste ano e na vida de todos trabalhadores. A FIEMG quer colocar novas cláusulas na CCT e retirar outras. Estamos vendo os males que a reforma traz para categoria deixando a patronal com a faca e o queijo na mão.

Nossa campanha salarial já é difícil e além da crise econômica que estamos atravessando, temos esta Reforma que retirou direitos históricos da classe trabalhadora brasileira. É importante destacar e lembrar que os direitos que estamos prestes a perder, deve-se ao golpista Michel Temer e seu governo.

Novas rodadas de negociação estão marcadas para os dias 15, 21 e 18 de setembro. Vamos ficar atentos, nos mobilizar e participar dessa luta. Só com união é que mostraremos nossa força. A participação de todos e todas é fundamental para definirmos o rumo das negociações.

FORA TEMER!

REIVINDICACAO DOS TRABALHADORES

- **Reajuste salarial** com o índice do INPC + 3% aumento real.
- **Piso salarial** com valor atualizado e com uma faixa a menos:
  - Até 400 empregados = R$ 1.177,66
  - De 401 até 1.000 empregados =, R$ 1.259,28
  - Mais de 1.000 empregados = R$ 1.557,78
- **Horas extras serão remuneradas:**
  - Até 20h mensais = acréscimo de 60%
  - De 20h até 40h mensais = acréscimo de 65%
  - Aos sábados quando este houver sido compensado nos outros dias da semana = acréscimo de 75%
  - Horas trabalhadas acima do limite de 40h mensais = Acréscimo de 85%
  - Acréscimo de 100% às horas trabalhadas nos dias de repouso semanal remunerado e feriados, exceto se for concedido outro dia de folga, no prazo máximo de 15 dias após a realização do trabalho.
- **Abono** de um salário nominal, pago junto com os salário de fevereiro de 2018.
- Regulamentação na CCT para **contratos de trabalho** na modalidade de Sobreaviso, Home Office, Trabalho intermitente ou Teletrabalho.
- **Férias em duas vezes.**
- **Homologações** no Sindicato.

PROPOSTA DOS PATROES

- **1% de reajuste salarial.**
- **1% de reajuste no piso salarial.**
- **Horas extras somente até 10/11/2017.**
- **1% de reajuste no abono.**
- **Flexibilização da CCT.**
- **Férias em três vezes.**
- **Homologação na empresa.**

14 de setembro - Dia nacional de luta do setor metalúrgico

Contra o fim dos direitos sociais e trabalhistas, em defesa das convenções coletivas e contra o desmonte da previdência pública

No dia **14 de setembro**, os metalúrgicos de todo o Brasil farão um **Dia Nacional de Luta, Protestos e Greves** contra a retirada de direitos imposta pela reforma trabalhista, contra a reforma da previdência e contra a lei da terceirização.

A data foi escolhida pelas entidades nacionais da categoria ligadas a seis centrais sindicais e faz parte de um calendário de mobilização para resistir aos ataques desferidos pelo governo golpista contra a classe trabalhadora e o país.

Os representantes das entidades definiram a estratégia da mobilização, que também tem o objetivo de fortalecer as campanhas salariais dos metalúrgicos neste segundo semestre, pois a resistência será necessária para garantir a manutenção e a renovação das convenções coletivas de trabalhos com os efeitos da reforma trabalhista e terceirização.

Segundo representantes das entidades, a ideia é inviabilizar na prática, a lei que alterou a CLT e não permitir a redução de direitos nas negociações, portanto é extremamente importante que essa ações sejam unificadas e estejam presentes na agenda das campanhas salariais da categoria.

Para o presidente do Sindimetal BH/Contagem, Geraldo Valgas, esta mobilização é uma oportunidade para mostrarmos que não vamos aceitar a retirada de direitos nas negociações da campanha salarial deste ano. A única alternativa para a categoria é resistir às reformas participando das atividades e dos protestos para defender o que é nosso.

Sindimetal com informação da CNM/CUT

PLR 2017

Dayco Power Transmission

Em assembleia realizada no dia 30 de agosto, os trabalhadores da Dayco aprovaram a proposta da PLR 2017 negociada entre Sindicato, comissão e empresa. O valor que estava congelado desde 2014, teve um reajuste de 10% ficando em R$1.640,00. A primeira parcela de R$1.320,00 deverá ser paga até o dia 15 de setembro.

Durante o processo de negociação, o Sindicato e a comissão conseguiram retirar as cláusulas sobre saúde e segurança do acordo anterior, ou seja, o trabalhador que estiver afastado por doença, com atestado médico ou problemas de saúde terá direito a PLR. Também foram revistas as metas.

Companheiros, vamos continuar firmes na luta, pois outros desafios como banco de horas e flexibilizações virão pela frente. Nesta negociação de PLR o Sindicato não fará o desconto negocial, pois acredita que o mais importante é que todos sindicalizem-se, para juntos enfrentarmos as próximas batalhas buscando sempre a vitória em defesa aos direitos de todos.

Assembleia com os trabalhadores da Dayco Power

Governo ameaça retirar R$ 10 do salário mínimo em 2018

Foto: Marcos Santos

O governo golpista de Michel Temer divulgou, no dia 16 de agosto, a previsão de R$ 969,00 para o salário mínimo do ano que vem. Com isso, os burocratas da área econômica ameaçam reduzir em R$ 10,00 a atual projeção de reajuste.

De acordo com o governo, a redução é um "ajuste", resultado da previsão de uma inflação menor para o ano que vem, de 4,5% para 4,2%. A queda da inflação, no entanto, é consequência do desemprego, da queda do poder aquisitivo da população e das vendas. A mesquinharia oficial foi duramente criticada no plenário do Senado Federal. Atualmente, o salário mínimo é de R$ 937,00.

Nos governos Lula e Dilma, o salário mínimo teve uma valorização de 77%, aumentando a participação no PIB de 30.6% para 34.6%, entre 2004 e 2016. O lider da oposição, senador Humberto Costa, questionou a legalidade e a inconstitucionalidade da medida anunciada. A valorização do salário mínimo estimulou a economia nacional, derrubando o desemprego de 12,6% em 2003 para 4,8% em 2014.

Fonte: Agencia PT

Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem, Belo Horizonte, Ibirité, Sarzedo, Ribeirão das Neves, Nova Lima, Raposos e Rio Acima - Sede: R. Camilo Flamarion, 55 - J. Industrial - Contagem (MG)
Tel.: 3369.0510 - **Fax:** 3369.0518 - **Subsede:** Rua da Bahia, 570 5º andar - Centro/BH - Tel.: 3222.7776 - **e-mail:** imprensasindimetal@hotmail.com - www.sindimetal.org.br - **Presidente:** Geraldo Valgas
Secretário de imprensa: Walter Fideles - **Jornalista e diagramadora:** Isa Patto (MG12994JP) | **Tiragem:** 6.000 - **Impressão:** Fumarc